

## O ACERVO DOCUMENTAL DE CLÓVIS STEIGER DE ASSIS MOURA (1925-2003)<sup>1</sup>

Talita dos Santos Molina<sup>2</sup> 

**Resumo:** O presente artigo pretende, por meio dos conjuntos documentais do acervo de Clóvis Moura, compreender sua produção e a relação com a historiografia sobre as populações negras no Brasil. Destacamos o perfil do arquivo pessoal de Clóvis Moura (1925-2003), com ênfase para sua trajetória como intelectual e militante do movimento negro no Brasil. Na perspectiva de interdisciplinaridade entre a História e a Arquivologia, o estudo está focado nos tipos documentais que, deliberadamente, Clóvis Moura acumulou em seu arquivo pessoal.

**Palavras-Chaves:** Patrimônio Documental. Acervo Documental. História do Negro.

### THE DOCUMENTARY COLLECTION OF CLÓVIS STEIGER DE ASSIS MOURA (1925-2003)

**Abstract:** The present article intends, through the documentary sets of Clóvis Moura's collection, to understand its production and its relation with the historiography about black populations in Brazil. We will highlight the profile of Clóvis Moura's personal archive (1925-2003), with emphasis on his career as an intellectual and militant of the black movement in Brazil. From the perspective of interdisciplinarity between history and archivology, the study focuses on the documentary types that Clóvis Moura deliberately accumulated in his personal archive.

**Key-Words:** Documentary Heritage. Documentary Collection. History of black people.

### LA COLLECTION DOCUMENTAIRE DE CLÓVIS STEIGER DE ASSIS MOURA (1925-2003)

**Résumé:** Cet article a pour objectif, à travers les ensembles documentaires de la collection de Clóvis Moura, de comprendre sa production et ses relations avec l'historiographie sur les populations noires au Brésil. Nous soulignerons le profil des archives personnelles de Clóvis Moura (1925-2003), en mettant l'accent sur sa carrière d'intellectuel et militant du mouvement noir au Brésil. Dans la perspective de l'interdisciplinarité entre histoire et archivologie, l'étude se concentre sur les types de documentaires que Clóvis Moura a délibérément accumulés dans ses archives personnelles.

**Mots-clés:** Patrimoine documentaire. Collection documentaire. Histoire nègre.

### LA COLECCIÓN DOCUMENTAL DE CLÓVIS STEIGER DE ASSIS MOURA (1925-2003)

**Resumen:** Este artículo pretende, a través de los conjuntos documentales de la colección de Clóvis Moura, comprender su producción y su relación con la historiografía sobre las poblaciones negras en Brasil. Destacaremos el perfil del archivo personal de Clóvis Moura

<sup>1</sup> Esse artigo está baseado em pesquisa de Iniciação Científica, no curso de História, com o título: "O Acervo Documental de Clóvis Steiger de Assis Moura" (1925-2003), orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Célia Reis Camargo, realizada na Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras – Campus Assis, desenvolvida no ano de 2009, com bolsa custeada pela FAPESP.

<sup>2</sup> Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (2018). Atualmente é professora substituta do Instituto Federal de São Paulo – Campus São Paulo/IFSP-SPO, Coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade Brasil – Campus Itaquera e professora do curso de Serviço Social e Pedagogia pela mesma universidade. Pesquisadora associada da ANPUH-SP desde 2008.

(1925-2003), con énfasis en su carrera como intelectual y militante del movimiento negro en Brasil. Desde la perspectiva de la interdisciplinariedad entre la historia y la archivología, el estudio se centra en los tipos documentales que Clóvis Moura acumuló deliberadamente en su archivo personal.

**Palabras clave:** Patrimonio documental. Colección documental. Historia negra.

## Introdução

Por meio do patrimônio as sociedades criam formas de representação do passado nas quais se justificam valores que fundamentam as relações sociais no presente; ele é um lugar de memória que permite compor imagens que sustentam identidades individuais e coletivas. É, por isso, um campo de disputas simbólicas no qual se refletem as possibilidades de cada segmento social apropriar-se do passado e manter ou conquistar o acesso pleno aos direitos sociais, o que o torna também um lugar de esquecimento, de exclusão, em constante mudança. (RODRIGUES, 2000, p. 143)

O Arquivo Clóvis Steiger de Assis Moura (*Fundo Clóvis Moura*), doado por sua filha Soraya Moura ao CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP –, é formado por uma documentação peculiar (MORAES, 2018). O acervo aqui apresentado deve ser ressaltado pela sua relevância aos estudos sobre a história do negro e/ou do movimento negro no Brasil. Esta afirmação pode ser constatada com o inventário<sup>3</sup> do acervo que está à disposição dos pesquisadores no CEDEM.

Para os que desconhecem a figura de Clóvis Moura, é importante ressaltar alguns dados biográficos de sua trajetória profissional. Sem nenhuma intenção de monumentalizar esse intelectual, seu percurso documenta, de forma irrefutável, a luta contra a desigualdade racial e social, dentro e fora dos meios acadêmicos, em âmbito local, regional e nacional. No entanto, antes de iniciarmos a discussão central deste artigo, passemos por uma breve biografia de Moura.

Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003) nasceu em 1925, no município de Amarante, no Piauí (Brasil). Filho de Francisco de Assis Moura e Elvira Moura, era mestiço e descendente de um “barão prussiano” e de uma escrava da fazenda de engenho na zona da mata pernambucana. Depois de residir em Natal (RN) e Salvador (BA), foi para São Paulo onde concluiu o curso de Ciências Sociais no ano de 1953<sup>4</sup>. Concomitantemente à sua carreira de jornalista e como membro do PCB, Moura pesquisava história, em particular sobre a rebeldia negra no tempo da escravidão, tendo como objetivo demonstrar o importante e ativo papel do negro na formação da nação.

<sup>3</sup> Inventário: Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos.

<sup>4</sup> Neste período era o Instituto de Ciências Humanas da USP, em Marília – SP.

Desse modo, em 1959 publicou seu primeiro e marcante livro, *Rebeliões da Senzala* (1988) – obra que completou 60 anos agora em 2019 –, dentre vários outros que publicou posteriormente, todos sobre a questão racial no Brasil. Em seus escritos procurou evidenciar a marginalização de negros e mestiços, buscando, deste modo, valorizar a resistência negra e seu importante papel na transformação ou destituição de sua condição de escravizado, indicando o caráter dinâmico do negro na história de nosso país (MESQUITA, 2004).

Érika Mesquita salienta que Clóvis Moura sempre dirigiu suas indagações para os dilemas da “constituição da nação, evidenciando a marginalização de negros e mestiços, tendo como um dos muitos resultados um racismo à brasileira, baseado mais na cor da pele do que na origem racial” (MESQUITA, 2004, p. 340).

Moura faleceu no ano de 2003, aos 78 anos, no Hospital Albert Einstein, no município de São Paulo (SP). Com o falecimento do intelectual, sua filha, Soraya Moura, doou o arquivo pessoal do pai ao Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM. Esses documentos estão organizados e foram liberados a consulta no ano de 2005.

## O Arquivo

No que se refere a questão dos arquivos, normalmente, a primeira possibilidade que se coloca como instrumento de pesquisa que tenha como base os documentos de um arquivo pessoal é a biografia de seu titular. No entanto, podemos destrinchar outros temas e pesquisas a partir do estudo deste arquivo pessoal, como por exemplo, as ações realizadas na área de políticas públicas, na educação e, principalmente, na luta pela igualdade racial e pela revelação do preconceito racial na sociedade em geral e/ou no meio acadêmico (universitário).

A garantia do sucesso em suas pesquisas foi consagrada pelo reconhecimento de *Notório Saber* da USP na década de 1980 e a publicação de seu livro *Dicionário da Escravidão no Brasil*, publicado pela EDUSP como obra póstuma no ano de 2004. Clóvis Moura foi uma presença marcante em diferentes momentos da história da política brasileira do início da década de 1950 até aproximadamente o final dos anos 1990, assumindo diversas vezes um protagonismo já identificado na biografia, revelada por seu acervo pessoal. Apenas para mencionar alguns temas, pode-se falar em sua atuação em partidos de esquerda no Brasil, na luta pela implementação de um Museu Afro-Brasileiro no ano de 1989 em São Paulo, em sua atuação nos Quilombos de

Mimbó e de Palmares (hoje reconhecidos institucionalmente como terra de quilombolas<sup>5</sup>) e em sua participação em vários eventos internacionais em busca da valorização do negro no Brasil.

Importante ressaltar o conteúdo geral do “Fundo Clóvis Moura”, que está disponível ao público, notadamente de grande relevância para estudos e pesquisas relacionadas às questões do negro e da escravidão no Brasil. Desse modo, o acervo de Clóvis Steiger de Assis Moura, sob custódia do Centro de Documentação e Memória da (CEDEM-UNESP) constitui uma importante fonte histórica para o estudo da história do negro no Brasil e da formação da nação brasileira, particularmente no que se refere ao período de 1955 a 1999. Suas cartas, artigos, resenhas, anotações, textos de terceiros e recortes de jornais dão conta de fatos sobre o racismo no Brasil, a Ditadura Militar, o preconceito racial e a marginalização dos negros no pós-abolição, o movimento revolucionário da década de 1970, dentre outros.

Tais documentos foram identificados no ano de 2004 e quando tomamos conhecimento do acervo, a documentação já estava pré-organizada. Portanto, foi elaborado um quadro de arranjo de acordo com as anotações constantes nas caixas, identificado posteriormente no Inventário que está disponível aos pesquisadores. De acordo com as especificidades dos documentos, o fundo foi dividido em três grupos e duas séries. Com relação aos grupos, temos: 1) Correspondências; 2) Atividades Acadêmicas & Eventos; e 3) Produção Intelectual. No que refere às séries, são: 1) Produção Intelectual de Terceiros; e 2) Documentos Pessoais.

O grupo **Correspondência** contém cartas recebidas da família, de amigos e de intelectuais do período, como Caio Prado Jr., Carlos Drummond de Andrade, Décio Freitas, João Baptista Borges Pereira, Jorge Amado, Kabengele Munanga, Luiz Sávio de Almeida, Mário Maestri, Nelson Werneck Sodré, Pedro Paulo Funari, dentre outros.

**Atividade Acadêmicas & Eventos** constitui bloco que contém, predominantemente, documentos relativos às bancas de defesas de Mestrado e de Doutorado que Clóvis Moura participou, sobre divulgação de eventos científicos e culturais, e um grande dossiê dos eventos que envolveram a participação de Clóvis Moura.

**Produção Intelectual** remete ao agrupamento que possui textos, resenhas, originais e recortes de jornais produzidos por Clóvis Moura, tratando principalmente da

<sup>5</sup> Prova desse esforço está no tombamento, em 1986, do Quilombo de Palmares pelo IPHAN como patrimônio histórico e cultural nacional.

história do negro no Brasil, do racismo e do preconceito racial existentes na América. Este grupo está dividido em duas séries: “Materiais de Pesquisa” e “Textos Clóvis Moura”, além de ser integrado pelo dossiê “Projetos e Pesquisas”.

A Série **Produção Intelectual de Terceiros** está dividida em três subséries: textos de terceiros, currículos de terceiros e boletins. A Série **Documentos Pessoais** está dividida em cinco subséries: certificados, contratos & assemelhados, bancários & financeiros, fotos e diversos. O Inventário, com toda a descrição do acervo, e o acesso à documentação encontra-se disponível, conforme já citado anteriormente, no CEDEM-UNESP.

Destarte, após essa breve descrição do conteúdo de seu arquivo pessoal, desenvolvemos uma breve reflexão sobre o conceito de arquivo privado como fonte de pesquisa e, em um segundo momento, faremos uma concisa discussão sobre a história do negro no Brasil a partir da visão dos estudos de Clóvis Moura, para que, assim se possa traçar um perfil geral do acervo, destacando a importância de pesquisas com o arquivo privado na área das Ciências Humanas.

### **O Arquivo Privado como fonte e/ou objeto de pesquisa**

No que se refere ao estudo dos arquivos privados, Ariane Ducrot e Priscila Fraiz defendem que, para se construir uma metodologia arquivística, a primeira coisa a se fazer é o *respect des fonds*, ou seja, o respeito à ordem original, articulada ao princípio da proveniência:

Esse princípio, juntamente com o da proveniência, constitui a pedra angular da teoria arquivística desenvolvida entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Formulados inicialmente visando aos arquivos públicos, ambos foram posteriormente estendidos aos de natureza privada incluindo, mais recentemente, os pessoais (FRAIZ, 1998, p. 75).

Fraiz também chama a atenção para a característica essencial do arquivo pessoal: o valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor de uso para fins históricos. Do mesmo modo, Bellotto defende que:

o historiador não analisa o documento pelo documento; antes, utiliza-o como ponte para o passado, ou do arquivo para a realidade. Essa passagem do documento ao passado é um processo decisivo pelo qual se cumpre o essencial da elaboração do conhecimento histórico (BELLOTTO, 2006, p. 24).

Dessa forma, entendemos que o arquivo pessoal ganhou relevância, como possibilidade de pesquisa, a partir das novas tendências historiográficas, surgidas na

segunda metade do século XX, vinculadas ao movimento da “Nova História” ou “História Cultural”. Segundo Terry Cook (1998), é a partir dessa nova tendência que diários, manuscritos e arquivos pessoais ganham importância como fonte para a pesquisa histórica. Para corresponder a esses novos métodos e objetos de trabalho, o autor sugere que os arquivistas incorporem essas modalidades de uso da documentação arquivística, procurando sair da “teoria arquivística clássica”, passando a uma “teoria pós-moderna”:

Assim, os arquivistas mudaram no último século, passando, dos custodiadores jenkinsonianos<sup>6</sup> passivos da totalidade dos resíduos documentais deixados por seus criadores, a ativos conformadores da herança arquivística. [...] Tornaram-se, assim, construtores ativos da memória social. Na verdade, afirmaria até que se tornaram o principal agente de formação da memória sem esquecer das importantes contribuições, nessa tarefa, de seus colegas dos museus, bibliotecas, e cultura material (COOK, 1998, p. 139).

Ângela de Castro Gomes (1998) também entende que os arquivos privados emergem com o vigor observado num processo de interligação com as transformações do campo historiográfico:

onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens no fazer história (GOMES, 1998, p. 122).

Do mesmo modo, sabemos que os documentos que somam os acervos pessoais servem como entendimento da memória coletiva, conforme afirma Laurent Vidal (2007) em seu artigo intitulado “Acervos Pessoais e Memória Coletiva – Alguns Elementos de Reflexão”. Neste texto, Laurent procura evidenciar o papel das sociedades modernas e afirma que a memória coletiva só pode ser revelada a partir dos estudos de arquivos coletivos ou pessoais (VIDAL, 2007, p. 2).

Na obra organizada por Ângela de Castro Gomes, intitulada *Escrita de Si, escrita da História*, discute-se a ideia da escrita de si - que abarca diários, correspondência, biografias e autobiografias -, independentemente de serem memórias ou, por exemplo, entrevistas de história de vida: “o conjunto da obra é uma amostra expressiva de como os chamados textos auto-referenciais vêm ganhando terreno no

<sup>6</sup> O termo utilizado por Cook, “custodiadores jenkinsonianos”, vem dos livros-marcos sobre teoria e metodologia arquivísticas de Sir Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova e Theodore Schellenberg, na primeira metade do século XX. Os princípios tradicionais da arquivística derivaram quase exclusivamente das experiências pessoais dos autores como custodiadores de arquivos institucionais de governos, e dos problemas com que se defrontaram na organização e descrição de tais documentos.



trabalho de muitos historiadores do país, ilustrando as várias possibilidades e resultados de se lidar com eles (GOMES, 2004, p. 10).

Definição recente proposta pelo *Dicionário de Terminologia Arquivística* destaca o termo “arquivos privados” como “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 35). Na *Lei de Arquivos*, Capítulo III, artigo 11, “consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência das suas atividades” (CONARQ, 2012, p. 18).

Assim, o interesse por arquivos privados e por sua preservação e patrimonialização parece caminhar juntamente com a própria renovação da historiografia e o crescente interesse dos historiadores por documentos privados e pessoais. Como indica Ângela de Castro Gomes, com a renovação historiográfica iniciada nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, a Escola dos *Annales* na França e os *Estudos Culturais* na Inglaterra<sup>7</sup>, ampliou-se o conceito de fontes históricas, surgindo estudos baseados não apenas em documentos públicos, como também em documentos privados – diários íntimos, correspondências pessoais, arquivos pessoais, entre outros.

Para Maria M. Garcia (1998), a formação de arquivos de pessoas singulares e de famílias existe há décadas. Contudo, a noção de “arquivo privado” demorou a ser acolhida pela doutrina e pela legislação, porque o conjunto de documentos privados não era considerado como “arquivo”: “apenas os *acta publica* podiam fazer parte do “arquivo” que era considerado, por essa razão, arquivo público. Esta concepção prevaleceu durante muitos séculos”. De acordo com a autora, na Idade Média o *jus archivi* era considerado um atributo dos soberanos, reservado a quem gozava do *jus imperii*. Somente na Idade Moderna a jurisprudência começou a afirmar a existência de arquivos privados: “passaram a ser considerados como tais não só os arquivos de pessoas jurídicas, mas também os de pessoas físicas. [...] O interesse do Estado pelos fundos de proveniência privada é, em grande medida, uma novidade de tempos recentes” (GARCIA, 1998, p. 176).

Foi a partir da Época Moderna, com a estabilização das administrações arquivísticas, que a custódia dos arquivos privados passou a ser assegurada pelos arquivos estatais, embora alguns – não a maioria –, arquivos de proveniência privada

<sup>7</sup> Estes grupos de estudos “ampliou as perspectivas da pesquisa histórica, introduzindo novas abordagens, temporalidades e sujeitos” (MIRANDA, 2011, p. 4).

continuassem a ser preservados pelas entidades produtoras ou por instituições como bibliotecas, museus, fundações e universidades (GARCIA, 1998). No Brasil, em movimento recente, são principalmente os centros de documentação ligados a universidades e a outras entidades sociais que preservam a grande parte dos acervos privados do país disponíveis para consulta pública.

Na bibliografia internacional sobre o tema, autores diversos ressaltam este interesse pelos arquivos privados nas décadas recentes. Para Philippe Levillain (2003, p. 166) foi a partir da década de 70 que a história social deu aos documentos privados uma nova dimensão, pensando-os como rastros expressivos dos meios sociais silenciosos do indivíduo, proporcionando à análise histórica uma dimensão singular.

Cristophe Prochasson (1998) também propõe que foi na década de 1970 que os historiadores, principalmente na França, se voltaram com uma gula irreprimível para o que convém chamar de fontes privadas. Esse interesse crescente pelos arquivos privados corresponde a uma mudança de paradigma fundamental na história das práticas historiográficas. O autor aponta dois fatores que podem esclarecer o gosto pelo arquivo privado: o primeiro, o impulso experimentado pela história cultural e multiplicação dos trabalhos sobre os intelectuais; o segundo motivo está vinculado à mudança da escala de observação do social que levou, por meio da *microstoria* e da antropologia histórica, a busca por fontes menos seriais e mais qualitativas.

No Brasil, a antropóloga e pesquisadora do CPDOC-FGV, Luciana Quillet Heymann (2008, p. 1), também lembra que, a partir da década de 1970, a relação do historiador com as novas fontes, como os arquivos privados, revelou-se de grande qualidade e potencialidade, pois permitiu a produção de uma reflexão histórica nova em dois sentidos: “no de ser uma produção pautada em documentos que facultavam uma mirada distinta sobre os processos políticos e sociais; e no de fecundar uma reflexão eminentemente interdisciplinar, na qual a história, a ciência política e a sociologia estiveram desde o início presentes”. Heymann (2018) afirma que os arquivos pessoais se tornaram objeto de pesquisas interdisciplinares interessadas em refletir sobre a natureza deste tipo de conjunto documental<sup>8</sup>.

Segundo a autora, os arquivos pessoais, por exemplo, devem ser tratados como um meio de acesso mais direto ao personagem e à trajetória que se pretende investigar. Eles devem ser vistos como objeto sociológico e histórico para que, assim, possam revelar ideários políticos, projetos pessoais e processos sociais neles investidos

<sup>8</sup> Temos trabalhos pioneiros sobre este assunto. Ver: FRAIZ, 1994; HEYMANN, 1997.



(HEYMANN, 2005). Entende-se, portanto, que os arquivos pessoais fazem parte de um processo de construção da memória histórica e de conversão dos acervos pessoais em patrimônio nacional, ou seja, uma produção de *legados* históricos.

A pesquisadora assegura que “as ações que tomam os *legados* históricos como justificativa, sejam elas comemorações, publicações ou a organização de instituições alimentam o capital simbólico de que são dotados, um capital que carrega em si o atributo da continuidade, da sobrevivência do tempo” (HEYMANN, 2008, p. 4). E, muito importante: “procuramos aqui investigar não somente as estórias que os arquivos contam, mas investigar as estórias que eles encarnam; deslindar o discurso que produzem no campo da história, mas também os efeitos que deles decorrem em outras dimensões da vida social” (HEYMANN, 2008, p. 5).

Ressalta ainda a autora que essas modificações na forma de analisar os arquivos pessoais levaram a sua associação à categoria de *patrimônio*, porque vistos como material que deve ser conservado e preservado para assegurar a memória da coletividade, seja local ou nacional (HEYMANN, 2008, p. 9).

O conceito de legado justifica também a ligação feita entre a História, o Patrimônio Cultural e o Arquivo Privado. Ao mesmo tempo, atesta as contribuições que o estudo de um arquivo privado pode trazer para o entendimento dos propósitos de seu titular ao construir seu arquivo.

Outro indicativo da importância crescente dos arquivos privados no Brasil é a criação de uma grande quantidade de centros de documentação a partir da década de 1970. Desde então, das diversas fontes oferecidas ao historiador para o desenvolvimento da pesquisa histórica, a utilização de arquivos privados, presente em vários estudos, vem assumindo, atualmente, uma crescente importância<sup>9</sup>. Estes têm como parte de seus fundos acervos pessoais de intelectuais, como o de Gustavo Capanema, no CPDOC-FGV (Centro de Pesquisa e Documentação – Fundação Getúlio Vargas), de Caio Prado Jr., no IEB-USP (Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo) e do próprio Clóvis Moura, no CEDEM<sup>10</sup>.

Novamente, Ângela de Castro Gomes salienta que no Brasil, a partir dos anos 1980, temos um grande aumento e uma procura por arquivos privados como um novo universo de materiais de pesquisa para o vasto universo das Ciências Humanas. Os

<sup>9</sup> Os arquivos privados considerados de interesse público e social pelo CONARQ confirma essa ideia da Angela de Castro Gomes. Ver: *Legislação Arquivística Brasileira*. Publicação Digital, atualizada em dezembro de 2012.

<sup>10</sup> Para saber mais sobre o assunto, ler: CAMARGO, 2003, p. 21-44.

centros de documentação então se tornam uma das principais instituições a trabalhar com os acervos privados. As motivações iniciais dos centros eram recolher, preservar, organizar e tornar acessíveis documentos acumulados em arquivos pessoais/privados, cuja promoção à categoria de fontes históricas de grande teor informativo estava associada às mudanças que vinham ocorrendo nos domínios da historiografia: por um lado, o desenvolvimento de uma história cultural que postulava “a dignidade teórica do individual e a fecundidade metodológica do qualitativo; por outro, a valorização de uma nova escala de observação social, associada à micro-história” (GOMES, 1998, p. 121-127).

A documentação, considerada relevante para memória nacional e para a memória local, levou a historiadora Célia Camargo a estudá-la, revelando a importância dos centros de documentação para a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil, no caso, o patrimônio documental. Em seu estudo, Camargo indica o pioneirismo do CPDOC neste campo, sem deixar de discutir a criação e a natureza da documentação existente nos demais centros de documentação como uma contribuição para a preservação arquivística<sup>11</sup>.

Como também indica Knauss (2009), os centros de documentação, em sua maioria universitários, com frequência tornam-se instituições importantes na preservação e difusão dos arquivos privados. Para o autor, é o vínculo entre pesquisa e ensino que define o caráter dos centros de documentação universitários, pois eles trabalham com a promoção de documentos históricos, experimentando a diversidade existente entre os profissionais de história e do patrimônio, trabalhando, assim, de modo interdisciplinar.

Deste modo, professores e alunos envolvidos com a pesquisa e o ensino nos centros de documentação acabam por entrar em contato com outras áreas de conhecimento especializado, “construindo pontes para a redefinição da própria inserção do profissional de história e ciências sociais do patrimônio documental. Nesse processo, adquirem uma consciência patrimonial que os caracteriza para além do papel de usuários de arquivos e leitores” (KNAUSS, 2009, p. 15).

Pioneira na criação de um centro de documentação, a Universidade de São Paulo, no ano de 1962, sob a liderança de Sérgio Buarque de Holanda, criou o Instituto de Estudos Brasileiros – IEB –, que, no início, foi organizado em torno da biblioteca a partir da coleção do intelectual paulista Yan de Almeida Prado, mas, a partir de 1968, o

<sup>11</sup> Para saber mais, ver: CAMARGO, 2003, p. 21-44.

arquivo da instituição começou a se constituir e a se definir como um modelo de centro de documentação. O IEB reúne arquivos e bibliotecas pessoais de artistas e intelectuais brasileiros como, por exemplo, Mário de Andrade, Caio Prado Jr., entre outros.

Novamente, de acordo com Knauss, a criação destes centros deve-se a dois movimentos. Primeiramente, há um movimento oficial que reconheceu a contribuição que a universidade pôde dar à proteção do patrimônio documental e, posteriormente, o movimento que procurou proteger o que as forças oficiais da época não admitiam – como, por exemplo, o arquivo do AEL-UNICAMP, em 1974, e o Arquivo Ana Lagôa – localizado na Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, em 1996 (KNAUSS, 2009, p. 13).

Percebe-se então, o aumento de centros de documentação no Brasil a partir da década de 70. Dentre os Centros organizados neste período que se preocuparam, principalmente, com os arquivos privados, temos, novamente, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC –, que reuniu arquivos pessoais de políticos brasileiros a partir de 1930, como o de Gustavo Capanema, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Filinto Muller, Ulysses Guimarães, dentre tantos outros. Além dos arquivos pessoais, temos os arquivos de instituições particulares, como os arquivos acumulados e organizados no Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM –, no CEDIC – PUC-SP –, o Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, Centro de Pesquisa Vergueiro – CPV –, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina – UEL –, e muitos outros.

Vários destes Centros caracterizam-se por uma especialização em acervos de movimentos sociais e de resistência atuantes, principalmente, nas três últimas décadas do século XX. Assim, em todos esses casos, segundo Knauss, os centros de documentação universitários ou, de alguma forma, centros ligados à universidade, têm um papel decisivo na proteção do patrimônio documental local e regional.

Dessa forma, de acordo com a Lei Federal nº 8.159/91, os arquivos privados são definidos como “conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1991). Esta definição é aceita, principalmente, por vários estudiosos da área da arquivologia, como, por exemplo, Heloísa L. Bellotto (2006), Paulo Knauss (2009), José Maria Jardim (1995), Janice Gonçalves (2002), entre outros.

De acordo com Laurent Vidal (2007, p. 4), os acervos pessoais podem ser determinados como “o conjunto de documentos produzidos e/ou pertencentes a uma

peessoa, a um indivíduo, resultados de uma atividade profissional ou cultural específica”. Deste modo, os “documentos produzidos por pessoas físicas” são os conhecidos arquivos pessoais, que, a partir da década de 1980, passam a ser mais valorizados como fontes e objetos de pesquisa e, atualmente, também como patrimônio cultural.

Knauss afirma que as ações promovidas por estes centros universitários com relação à preservação e organização de arquivos pessoais evidencia um compromisso social da universidade que acaba por ampliar “as possibilidades de promoção do patrimônio documental, reforçando o sentido social dos acervos a partir do caráter público das instituições de ensino superior” (KNAUSS, 2009, p. 14).

Em relação aos centros universitários acima citados, todos preservam arquivos pessoais que estão sob a guarda destas instituições. O IEB, por exemplo, preserva as seguintes coleções: Coleção Mário de Andrade, de Caio Prado Jr., Camargo Guarnieri, Guimarães Rosa, entre outros. O CPDOC guarda documentos, principalmente, de pessoas ligadas ao universo político e à administração pública como Gustavo Capanema, Filinto Müller, Getúlio Vargas, Ulysses Guimarães entre outros.

O CEDEM preserva arquivos pessoais que tiveram relações com movimentos sociais e partidos políticos de esquerda como: Clóvis Moura, Santo Dias, Roberto Morena, Astrojildo Pereira, Mário Pedrosa entre outros. O AEL-UNICAMP segue a mesma linha do CEDEM, possuindo, logicamente, o arquivo que deu nome a esta instituição – Edgar Leuenroth, Luiz Carlos Prestes, Leon Hirszman, entre outros.

Também há uma preocupação com a preservação dos arquivos pessoais pelas instituições públicas, como o Arquivo Nacional, que preserva os arquivos de Góes Monteiro, Floriano Peixoto, Salgado Filho, entre outros. O Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP –, possui sob sua guarda o arquivo pessoal de Adhemar de Barros, Armando de Salles Oliveira, Carlos de Campos, Rui Ohtake, Washington Luís Pereira de Souza, entre outros. O Arquivo Público Mineiro – APM –, também segue a mesma tendência do AN e do APESP, possuindo os arquivos pessoais de Arthur Bernardes Filho, Barão Homem de Mello, Olegário Maciel, Percival Farquhar, entre outros.

A partir dos exemplos citados, podemos afirmar que significativa parcela dos arquivos pessoais, muitas vezes, forma-se como coleções, não como fundos arquivísticos e, que, de alguma forma, estes arquivos já se encontram patrimonializados, pois estão sendo preservados em caráter permanente por instituições diversas ou centros de documentação que possuem esse objetivo – o de preservar e dar acesso aos

documentos – e, também, estes fazem parte das coleções permanentes/históricas dos vários de nossos mais importantes arquivos públicos.

Desse modo, observamos que a ampliação do universo de fontes, gerado pelo desenvolvimento da pesquisa historiográfica e pela incorporação dos estudos históricos nas diferentes áreas da pesquisa social e das humanidades em geral, trouxe como um de seus resultados mais marcantes a atenção para os arquivos pessoais, a ponto de torná-los, muitas vezes, o próprio objeto de pesquisa.

Justificamos aqui, então, a importância do arquivo pessoal não só como fonte de uma pesquisa nas áreas das Ciências Humanas, mas também como objeto de pesquisa, dado a sua relevância de conteúdo e contribuição para a pesquisa histórica de nosso país.

### **As obras de Clóvis Moura**

No que se refere à História do Negro no Brasil, Clóvis Moura é um dos mais destacados intelectuais dedicados aos estudos sobre o preconceito racial no Brasil. Segundo Mário Maestri (2004), quando Clóvis Moura publicou seu primeiro livro em 1959 – *Rebeliões da Senzala* –, obra de referência para os estudos históricos sobre o Brasil. Mesmo sofrendo críticas de alguns intelectuais, como Caio Prado Jr., por exemplo, Moura insistiu em defender a ideia de que o “estabelecimento da escravidão subvertera em suas bases o regime de trabalho até então dominante”. Nesse sentido, chamou atenção para as práticas sociais de resistência dos negros durante a escravidão, destacando suas lutas e guerrilhas, como a mais notável delas, o Quilombo dos Palmares (MOURA, 1988).

Sobre os estudos relativos à resistência escrava, Moura concluiu: “com isto procurei demonstrar que o papel dos agentes sociais oprimidos, mesmo derrotados, o que vem negar à história como uma história dos vencidos. Os vencidos são os vencedores da história porque eles, mesmo derrotados estabelecem as mudanças” (ALMEIDA, 2003, p. 12).

Da mesma forma, Souza conclui que esta obra foi original para sua época, no sentido de trazer uma abordagem diferente daquelas apresentadas, até então, pelas Ciências Sociais em relação à resistência escrava. Ainda percebemos que Moura, ao construir seu trabalho, tentou apontar as mais variadas formas de resistência, seja por meio da participação do negro em comunidades quilombolas, nas táticas de guerrilha e

nas associações secretas, buscando compreender as raízes da história do Brasil e mostrando um escravizado atuante e participativo no cenário social.

Ainda sobre a obra *Rebeliões da Senzala*, Gustavo Orsolon de Souza, em sua monografia apresentada na UFRRJ, intitulada *A Resistência Escrava: uma análise historiográfica do livro Rebeliões da Senzala de Clóvis Moura*, reflete sobre o seu impacto, sobre a trajetória de vida do autor e sobre seu posicionamento diante do tema da resistência escrava. Nesse sentido, discute as obras dos intelectuais do período como Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Arthur Ramos, entre outros, relacionando-os com a teoria e as ideias de Clóvis Moura (SOUZA, 2009)<sup>12</sup>.

O jornalista José Carlos Ruy (2004) também ressalta a importância das obras de Clóvis Moura para o entendimento da história política do Brasil, principalmente após a publicação de *Rebeliões*. Ruy defende que essa obra rompeu com a teoria acadêmica da época, revelando o negro que resistia e lutava para conquistar sua liberdade<sup>13</sup>. Contrapondo-se a Gilberto Freyre e outros pensadores do período, Moura demonstra que o negro não era somente uma mercadoria no sistema colonial, nem era passivo e obediente aos seus senhores, lutando e resistindo ao “sistema segregacionista” da colônia.

Dessa forma, para pensar a história social brasileira, Mesquita afirma que Clóvis Moura lançou mão de uma análise marxista – como outros intérpretes do Brasil e seus contemporâneos, a exemplo de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré –, buscando “juntar os cacos sobre um assunto tergiversado, que era a luta dos escravos contra o cativo. Ele estabeleceu, através da análise dos quilombos e das numerosas insurreições escravas, uma nova interpretação da formação da sociedade brasileira” (MESQUITA, 2004, p. 341). O conceito de luta de classes foi usado como chave para a interpretação desses movimentos, que representariam o processo mais agudo da luta de classes no tempo da escravidão. Moura ressaltou que a sociedade brasileira se formou através de uma contradição fundamental, qual seja, senhores *versus* escravos, sendo as demais contradições decorrentes desta.

Clóvis Moura também apresentava diferenças de abordagem em relação ao pensamento de Celso Furtado, no que diz respeito à escravidão no Brasil. O primeiro fugia da ortodoxia academicista, enquanto o segundo mantinha ideias “tradicionais”

<sup>12</sup> Gustavo Orsolon também estudou sobre Clóvis Moura em sua dissertação de Mestrado, a saber: SOUZA, 2013.

<sup>13</sup> Ruy defende em seu artigo que as teses de Clóvis Moura tinham profunda influência marxista. Ver RUY, 2004.



sobre o assunto, afirmando que os escravos eram mercadorias que sustentavam o sistema escravista. Clóvis Moura posicionou-se contrário a essa visão tradicional, afirmando que na sociedade escravista também havia luta de classes.

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em sua obra *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* não discute sobre a questão racial, mas entra na discussão sobre o uso da mão de obra escrava em nosso país, rompendo tanto com a visão romântica que defendia a existência de certa harmonia nas relações entre senhor e escravo como com aquela que enxergava, na servidão, uma forma de feudalismo. Para Cardoso, aprofundar o estudo da escravidão era uma forma de alargar a consciência democrática brasileira e de desmascarar o mito da democracia racial, surgido após a abolição da escravatura, que buscava esconder o preconceito racial e a desigualdade entre brancos e negros. Entretanto, Cardoso manteve a defesa de que o escravo era uma mercadoria, portanto, uma “coisa” ou objeto no sistema escravista, o que explicaria seu comportamento passivo diante da dominação social.

Novamente, a socióloga Érika Mesquita levanta outros pontos das teses de Clóvis Moura que também são relevantes para a história do negro no Brasil. Em relação ao racismo brasileiro, Moura contrapõe-se aos teóricos que procuravam desvendar o lado etnográfico e folclórico do negro no país, e parte do campo histórico, para explicar a situação do negro, à qual ele denomina “racismo velado”. Mesquita discute esse racismo que, segundo ela, aparece na hora de uma entrevista de emprego, em casamentos inter-raciais, quando a polícia procura um criminoso, dentre outras situações. Dessa forma, esses preconceitos levam ao que chamamos de “marginalização” do negro no Brasil, no pós-abolição.

A ideia principal de Clóvis Moura em relação ao racismo é revelar que o negro era “bom escravo” no período colonial e depois da abolição passou a ser “mau cidadão”<sup>14</sup>. Moura conclui que o negro vive em uma situação precária, herdada da escravidão, e critica os estudiosos que reduzem essa questão a um simples problema de classe, e que o racismo está imbricado em todas as fases históricas da nação brasileira. Segundo o intelectual, seria necessário, então, lutar contra esse preconceito “velado” existente em nosso país.

Da mesma forma, o historiador Petrônio Domingues defende a tese de que a vinda dos imigrantes para as cidades, no período pós-escravidão, foi uma política

<sup>14</sup> Em relação à marginalização dos negros no pós-abolição ver: MOURA, 1977. Mais recentemente temos, sobre o mesmo assunto: DOMINGUES, 2005.

governamental paulista construída com apoio da elite, interessada em excluir os negros livres da sociedade:

logo após o fim da escravidão sobrava mão-de-obra negra na cidade, contudo eles eram impedidos de atuar no mercado formal e na indústria que começava a florescer, partindo então para trabalhos marginais. Os imigrantes, por outro lado, receberam vários incentivos para vir para o Brasil e para São Paulo, ainda que as condições de trabalho muitas vezes fossem vis. (DOMINGUES, 2002)

Domingues também argumenta que a população negra era impedida de se matricular em muitas escolas, de locar imóveis; proibida de frequentar certos clubes, cinemas, teatros, bares, determinadas áreas das ruas e praças públicas; não aceita em muitas empresas, orfanatos e irmandades religiosas. Ou seja, ser negro em São Paulo, até a década de 1930, era viver em condições de sub-cidadania, sem acesso a direitos civis fundamentais.

Lilia Schwarcz, em *O Espetáculo das Raças* (1993, p. 14), especialmente no capítulo *Cientistas, instituições e questão racial*, procurou “entender a relevância e as variações na utilização desse tipo de teoria no Brasil, no período que vai de 1870 a 1930”. Nesse trabalho a autora busca demonstrar que, mais do que simples cópias de modelos estrangeiros, as ideias da intelectualidade brasileira sobre raça caracterizaram-se pela especificidade, não raro pela adaptação criativa e seletiva de conceitos face à realidade social do país. Diante da condenação da miscigenação racial, tema corrente no debate europeu, que se traduziria pela decadência implacável e pela impossibilidade de progresso de países como o Brasil, fortemente miscigenado, surgiram reações múltiplas (em certos casos ambíguos), oscilantes entre a preocupação, a constatação e o elogio à mestiçagem.

Para consolidar suas teorias sobre a questão racial, as obras de Clóvis Moura foram pioneiras em abordar aspectos diferenciados da história do negro no Brasil. Em *Preconceito de Cor na Literatura de Cordel* (1976), analisou o folclore brasileiro, impregnado de símbolos que expressam preconceitos contra o negro. Para o autor, o cordel trata o negro segundo a visão do colonizador, sendo retratado como cão ou o diabo: “o negro que é praticamente a população brasileira na sua estrutura básica, é colocado como se fosse uma coisa exótica dentro da nação brasileira, ou é visto como objeto da ciência que a gente tem que estudar para poder dar um remédio para curar”<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Clóvis Moura publicada em Movimento UNE. *Revista Bimensal da União Nacional dos Estudantes*. nov/dez, 1981. p. 35-36.

*Sociologia do Negro Brasileiro*, publicado em 1988, sintetiza 20 anos de pesquisas sobre a situação e as perspectivas do problema do negro no Brasil. Nesta obra, Clóvis Moura procura, por meio do método histórico-dialético, analisar alguns aspectos específicos do tema abordado com o intuito de formular uma visão diacrônica e dinâmica das lutas dos escravos com a classe operária, no período que ele intitula de escravismo tardio. Para tanto, Moura se dedica à avaliação da imprensa negra de São Paulo e do negro do mundo urbano, que vive no que denominou de gueto invisível. O objetivo do lançamento, em 1988, era o de contribuir para a formação de uma prática social capaz de romper a segregação invisível, mas operante em que vive a população negra no Brasil.

Naquele mesmo ano, Moura publicou *Quilombos: resistência ao escravismo*, onde procura, a partir da análise do sistema escravista brasileiro, fazer uma breve descrição sobre a existência dos quilombos neste período. O autor destaca ainda que, parte da explicação sobre a estrutura de um quilombo, de sua formação e de suas formas de resistir ao “aparelho opressor” no Brasil marcou “sua presença durante todo o período escravista e existiu praticamente em toda a extensão do território nacional. À medida que o escravismo aparecia e se espalhava nacionalmente, a sua negação também surgia como sintoma da antinomia básica desse tipo de sociedade” (MOURA, 1988a, p. 13).

Moura utiliza como exemplo principal o Quilombo dos Palmares que, segundo ele, foi “a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina. Durou quase cem anos e, durante esse período, desestabilizou regionalmente o sistema escravocrata” (MOURA, 1988a, p. 38). Segundo Moura, Zumbi (ou Ganga-Zumba) representou a capacidade de organização, de mobilização e de resistência da República dos Palmares, tornando-se herói-símbolo do quilombo, pois a sua vida é sinônimo da biografia do povo de Palmares, por quem foi assassinado (MOURA, 1988a, p. 63).

Por fim, em *História do Negro Brasileiro* (1989), traça a experiência histórica do negro no Brasil partindo da diáspora africana – comércio/tráfico transatlântico –, passando por sua resistência à escravidão e culminando no pós-abolição, marcado pela busca da cidadania. Nesta obra, Moura descreve a vida do negro no período colonial, apresentando características relativas aos seus costumes e às práticas de resistência, mostrando a quilombagem como instrumento de “mudança social”. Posteriormente, com a crise do escravismo, Moura discorre a respeito das estratégias de inserção à

sociedade livre, utilizando como exemplo as festividades, a Revolta da Chibata, a Frente Negra Brasileira, entre outros.

No ano de 2003, quando Clóvis Moura faleceu, o professor Luiz Sávio de Almeida, organizou uma coletânea intitulada *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*, publicada pela Editora da Universidade Federal de Alagoas. O objetivo deste livro foi o de reunir artigos de diversos intelectuais que ressaltavam a contribuição – não somente aos estudos, mas também à prática política –, sobretudo no que se refere ao Movimento Negro – das ideias de Clóvis Moura ao debate da história do negro no Brasil. Moura se fez presente num breve depoimento trazido no início desta obra, em que se auto avalia. Os artigos foram escritos por Octavio Ianni, Mário Maestri, João José Reis, Manuel Correia de Andrade, Kabengele Munanga, José Carlos Ruy, Aluysio Mendonça Sampaio, Érika Mesquita e Petrônio José Domingues.

Em suma, para Moura, a formação de nosso país tem um caráter ambíguo e está repleta de antagonismos. Ele enfatiza que em nenhum momento os donos do poder estiveram voltados para atender as necessidades do conjunto da sociedade, composta por uma população majoritariamente não-branca, que se encontra nas camadas sociais mais baixas ou se acham excluídas dos benefícios do processo econômico, formando a categoria sempre crescente dos marginalizados sociais (MESQUITA, 2004, p. 342).

### Considerações Finais

Em seu trabalho, Ducrot (1998) recomenda que, ao estudar um arquivo pessoal, é preciso investigar a biografia do sujeito em questão para construir os instrumentos de auxílio à pesquisa a serem elaborados. Com essa perspectiva, estudamos a vida de um intelectual independente e, ao mesmo tempo, militante contra o racismo no Brasil. Essa narrativa interligou-se à base da teoria arquivística, utilizada para construção deste artigo e referenciada na bibliografia.

O patrimônio documental tem sido um tema muito explorado pelas Ciências Humanas, principalmente na História e na Arquivologia, devido as informações contidas em seus arquivos que podem revelar memórias “nunca dantes navegadas” pela história. As discussões historiográficas, na atualidade, têm indicado a importância cada vez maior do patrimônio arquivístico para o estudo de inúmeros temas da nossa história.

Clóvis Moura manteve até o fim suas convicções socialistas, confiando que só a derrocada do capitalismo e o fim das desigualdades sociais criariam as condições objetivas para o caso definitivo do racismo. Influenciado pelos estudos que fizera do

passado e da atualidade, Moura não conjecturava a revolução de uma forma romântica, acreditando que ela aconteceria, mas não em curto prazo. Viria como resultado de um processo lento de deterioração da sociedade, e de uma conscientização derivada da periferia. E essa revolução, no seu entender, será comandada pela classe que é majoritária, qual seja, a classe pobre, que é duplamente oprimida – social e racialmente (MESQUITA, 2004, p. 351). Então os negros fariam parte dessa revolução:

Clóvis Moura via o capitalismo como uma gigantesca máquina de produzir desigualdades, por isso era preciso destruí-la. Ele não estudou a fundo as engrenagens dessa máquina, mas previu seu fim para quando os setores subalternos, encabeçados pelos não-brancos, levantassem a bandeira do socialismo. Ele sugeriu, porém, que a conscientização dos não-brancos virá apenas a passos lentos, devido ao grande poder de adaptação do capitalismo e da eficácia de suas ideologias. Seu otimismo vinha de sua observação de numerosos e sérios movimentos sociais que continuavam surgindo e incomodando as elites locais e mundiais. Esse porvir venturoso, ele o antevia por continuar a acreditar na utopia, se perfilando com aqueles que não deixaram de acreditar num mundo solidário e justo (MESQUITA, 2004, p. 352).

Em suma, o que pretendemos neste artigo foi expandir nosso olhar crítico para a própria sociedade em que estamos inseridos, analisando nossos próprios costumes e representações.

## Referências

- ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: EDUFAL, 2003.
- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, FGV, Rio de Janeiro, nº 21 - 1998/1.
- CAMARGO, Célia. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: *CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003.
- DOMINGUES, Petrônio José. *Uma História não Contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Ed. SENAC, 2005.
- FRAIZ, Priscila M. V. *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro, UERJ, Centro de Educação e Humanidades, 1994.

GARCIA, Maria Madalena A. de M. M. “Os Documentos Pessoais no Espaço Público”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, v. 11, n. 21, 1998.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. SP: Editora Unicamp, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 121-127.

HALL, Stuart. “Notas sobre a desconstrução do popular”. In: *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Minas Gerais, UFMG. (Org. Liv Sovik), 2003, p. 247-264.

HEYMANN, Luciana Q. *As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional (UFRJ). Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. Arquivos e Interdisciplinaridade: Algumas Reflexões. *Seminário CPDOC 35 anos: a Interdisciplinaridade nos Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. *VIII Reunião de Antropologia do Mercosul*, GT 33 – Processos de patrimonialização da cultura no mundo contemporâneo, 2009.

HEYMANN, Luciana Q. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 43-58, 2005.

\_\_\_\_\_. *De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”*: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

HEYMANN, Luciana Q. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa / FAPERJ, 2012.

JARDIM, José Maria. A Invenção da Memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1996.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. *Cadernos de Pesquisa CDHIS*, v. 22, n. 40, p. 9-16, 2009.

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura (1925-2003). *Afro-Ásia*, Salvador, v. 1, n. 31, p. 339-356, 2004.

MOLINA, Talita dos Santos. *Arquivos Privados e Interesse Público: caminhos da Patrimonialização Documental*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 26, n. 2, p. 160-174, s/d.

\_\_\_\_\_. *Arquivos privados e patrimônio documental: o Programa de Preservação da Documentação Histórica – Pró-documento (1984-1988)*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2018.



MORAES, Sandra (org.). *Guia do Acervo* – CEDEM. São Paulo: Cedem / UNESP, 2018.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. 4. Ed. São Paulo: Ed. Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. *O Negro: de Bom Escravo a Mau Cidadão?* Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1977.

PROCHASSON, Cristophe. Atenção: Verdade! Arquivos Privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, v. 11, n. 21, p. 105-119, 1998.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987*. São Paulo: Ed. UNESP: Imprensa Oficial do Estado: CONDEPHAT: FAPESP, 2000.

RUY, José Carlos. Clóvis Moura investigava o passado histórico para compreender melhor as lutas do presente. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 1, n. 32, 2004.

SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SOUZA, Gustavo Orsolon de. *“Rebeliões da Senzala”*: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Seropédica, RJ, 2013.

VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva - alguns elementos de reflexão. *Patrimônio e Memória*. UNESP - FCL/Assis - CEDAP, v.3, n.1, p. 4-35, 2007.